

BAGNO, Marcos. *A Língua de Eulália: novela sociolinguística*. Sexta edição revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2000.

**Pedro Marques**

Doutorando em Teoria e História Literária - UNICAMP

Professor de Língua e Literatura Portuguesa do Programa Teia do Saber pela UNICAMP

Professor da Faculdade Comunitária de Campinas - Unidade 3

Editor do site *Crítica & Companhia*

e-mail: marques@iel.unicamp.br

Um primeiro vôo sobre o livro de Marcos Bagno revela os traçados gerais de seu mapa: arrojo metodológico e paixão pela matéria tratada, características nem sempre bem sucedidas nos estudos com pretensões científicas. Como o subtítulo antecipa, o argumento é arquitetado na forma de “novela”. O leitor vai se deparar com uma estruturação narrativa à la romance, sobretudo no que o gênero tem de didático. Notará, inclusive, o toque folhetinesco ao final de cada episódio, quando o autor deixa as conclusões prenunciarem o que acontecerá no próximo capítulo. Dramatiza-se, mesmo, a missão da sociolinguística - talvez o braço mais militante da linguística - cujas ações práticas e teóricas têm buscado minar as barreiras do preconceito linguístico nos estabelecimentos destinados à alfabetização e ao letramento.

Se os capítulos funcionam como folhetins, até pelos títulos sugestivos como “Beijo rima com desejo” ou “Quem se alembra de Camões”, as lições da personagem Irene ao correr da narrativa são verdadeiros colóquios. O livro, nesse sentido, apresenta outra característica tão grega quanto os nomes de Irene (*paz*, no idioma de Homero) e de Eulália (*aquela que fala bem*, em grego). Nas aulas, encena-se a velha pedagogia processada na obra de Platão: o diálogo que, ao contrário da educação unilateral como a jesuítica ou a nossa

tradicional, pressupõe troca dos saberes entre os participantes. Por isso Irene, à maneira de Sócrates, surge como a mais experiente, professora universitária aposentada, com conhecimento ampliado inclusive de si. Ainda assim, ela expressa modéstia quando aclamada por Vera como alguém que sabe tudo: “Eu? Sei tudo? Vera, não diga uma bobagem dessas!” Na mesma posição, Sócrates lembraria aos discípulos a inscrição no templo de Delfos: “Conhece-te a ti mesmo”.

Outra semelhança com o diálogo platônico, é cada personagem simbolizar uma área do saber ou de expressão. Sócrates sempre representa a filosofia que debate, a depender do diálogo, com o teatro, a medicina, a sofística, a comédia, a tirania, etc. Em *A Língua de Eulália*, temos a linguística (Irene), ciência piloto destinada a corrigir os “pecados” do ensino de língua pátria, as letras / literatura (Vera), a psicologia (Silvia) e a pedagogia (Emília). Tal artifício didático-narrativo desvela o plano político da obra, pois esse quarteto de áreas, por assim dizer, se tocando com harmonia e vontade de resolução, poderia alterar o impasse em que se acha o ensino de língua materna no Brasil. Linguística, literatura, psicologia e pedagogia, cada uma em sua medida, são os instrumentos científicos, pragmáticos e institucionalizados para discutir e democratizar a educação da língua portuguesa no país.

A linguagem do livro oferece livre acesso a qualquer interessado nas questões teóricas da sociolinguística. E isso se deve a dois motivos básicos: o pastiche romântico faz do enredo uma trama pedagógica palatável; o discurso de Bagno procura minimizar o emprego de jargões científicos, que costumam jogar para fora do texto o leitor não iniciado na terminologia linguística. Além disso, a didática de Irene é reforçada pelas explicações sempre por contrastes, por dicotomias que mostram duas ou mais maneiras de pensar a questão focada.

As jovens universitárias - Vera (sobrinha de Irene), Sílvia e Emília - viajam da capital São Paulo para a pequena Atibaia. Vão passar férias no sítio “lobatiano” de Irene. Nem imaginam a viagem maior que farão no conhecimento. Tudo começa quando as jovens colocam em cheque a sabedoria e a competência linguística de Eulália (empregada de Irene) em razão de seu modo próprio e regional de falar. A partir de então, Irene passa a desmontar, em pleno uso da ironia socrática, os pré-julgamentos das moças que sempre terminam por se reconhecerem preconceituosas e até ridículas frente a seus argumentos iniciais. O gesto de Irene, no fundo, arma um questionamento que atravessa o livro todo: a validade do modelo atual de ensino de língua portuguesa oral e escrita nas escolas brasileiras.

Para convencer as convidadas ao sítio da linguística, Irene tece longa discussão para definir o que seja português padrão (PP) e português não-padrão (PNP). Aos neófitos nessa matéria fundamental da linguística, prepara uma reflexão esclarecedora acerca do PP e do *mito da unidade linguística*: no Brasil, além das dezenas de línguas indígenas e das faladas nas colônias de imigrantes estrangeiros, não se fala uma única língua portuguesa. O “português não é um bloco compacto, sólido e firme, mas sim um conjunto de ‘coisas’ aparentadas entre si, mas com algumas diferenças. Essas ‘coisas’ são chamadas *variedades*”. (p. 19) O PP seria apenas uma dessas variantes, na realidade, praticado quase que exclusivamente na escrita. O PNP, por seu turno, compreende o conjunto de todas as variantes, principalmente as orais.

Irene expõe as circunstâncias que levaram o PP a se constituir como a variante prestigiada em relação a todas as outras. O fenômeno seria menos linguístico que econômico, histórico e social, uma vez que “o PP nada tem de *melhor* que as outras variantes, ele só tem *mais* que as outras”. (p. 23) A vantagem imputada ao PP não

se deu da noite para o dia, há e houve investimentos maciços por parte dos gramáticos tradicionalistas, dicionaristas, acadêmicos de letras e autores de livros didáticos em prescrever regras, palavras eruditas, termos técnicos, metáforas sofisticadas, construções sintáticas empoladas. Isto é, todo um código para ser dominado por falantes e “escritores” que desejem enobrecer suas práticas linguísticas. Contudo, tal língua padrão nunca é ou foi exatamente falada ou escrita nem por aqueles que a prescreveram. Como seu nome sugere, ela é apenas um gabarito, um padrão onde podemos testar a língua usual e de fato viva com suas constantes mudanças.

As variedades que compõem o PNP não devem ser encaradas como erradas, são, isso sim, diferentes da norma padrão. Por serem marcadas pela oralidade e mais livres para mutações que as modalidades escritas, ela responde com maior agilidade às regras de evolução natural da língua. O PP, enraizado na escrita, tende a ser mais engessado e lento na adesão às mudanças. A maioria das aulas de Irene destina-se a demonstrar os mecanismos e funcionamentos de variedades sintáticas, semânticas, fonológicas e fonéticas, sendo que as últimas são os alvos preferidos do preconceito linguístico. Exemplo, quando um falante diz *as bicicreta* sofre maior estigma social que outro que pronuncia *isso é pra mim fazer*.

Marcos Bagno mostra que a escola brasileira, principalmente sua seção de alfabetização, leva em conta apenas o PP, e o que é pior, espera que o aluno o apreenda através da “decoreba” de listas de verbos, de análises sintáticas de frase irrealis bem como de uma gama de exercícios que simulam um idioma absurdo. O grande erro perpetrado por esse modelo, nesse sentido, é excluir a maior parte dos alunos de origem humilde, de extratos sociais desprestigiados, que falam o PNP. Essas crianças são, muitas vezes, consideradas falantes incompetentes quando não retardadas. “Os professores, administradores escolares e psicólogos educacionais tratam o aluno pobre como ‘deficientes’ linguísticos, como se não falasse língua nenhuma, como se sua bagagem linguística fosse ‘rudimentar’, refletindo conseqüentemente uma ‘inferioridade’ mental”. (p. 29) Daí o abandono em massa da escola, pois o PP, empregado pelos professores de todas as disciplinas, às vezes soa como língua estrangeira a um número grande de alunos, justamente por não fazer parte de seu molho cultural. Do modo como ensina a língua e outros conteúdos, a escola tende a privilegiar as crianças ou os

adultos que já apresentam domínio do PP, repelindo os falantes de outras variantes quando deveria ensiná-los corretamente o português padrão.

O que é ensinar corretamente a norma culta da língua portuguesa? Irene também responde a esta dúvida das estudantes. Primeiro: é bom haver uma língua padrão, pelo menos escrita. Mas temos que mostrar para os alunos como ela se modifica no tempo e no território geográfico onde atua, de que forma suas mudanças ocorrem lentamente, ao contrário das rápidas e constantes metamorfoses perceptíveis nas variantes orais. O cidadão alfabetizado adequadamente desenvolve potencial para compreender tudo o que é e foi escrito à maneira do PP: nossas leis, os contratos de trabalho, grande parte da imprensa escrita, a maioria das obras literárias compostas através de séculos em língua portuguesa, etc. O professor de português e literatura, em especial, deve auxiliar os educandos a se tornarem sujeitos sensíveis à pluralidade linguística na imprensa e nas produções artísticas, que jamais exercitam inclusivamente o PP. A língua escrita estabelece padrões, mas eles são muito mais flexíveis do que a *língua pura* cultuada pelos gramáticos tradicionalistas.

Segundo: um falante do Rio Grande do Sul fala diferente de um do Alagoas ou de Angola, por exemplo. Mas se os três dominarem a norma padrão, podem se entender bem por meio dela - principalmente na escrita - sem fazer de suas identidades linguísticas obstáculos para a comunicação. Portanto, a escola deveria conseguir democratizar a norma padrão, considerando as variantes geográficas, socioeconômicas, etárias, de nível de instrução, urbanas, rurais, etc. A escola pode proporcionar ao aluno um conhecimento linguístico muito mais vasto do que comumente se imagina, capaz de fazê-lo saber até qual o melhor registro para determinado contexto. Ou seja, um adolescente precisa enxergar as diferenças entre escrever uma carta de demissão e enviar um e-mail para um amigo.

Pela boca de Irene, Bagno defende que a chave para corrigir o ensino de português, afóra a vontade dos professores, é o conhecimento e estudo das teorias linguísticas que abordam cientificamente o assunto. Em nenhum momento se antepõe ao ensino da norma culta. Seu alerta vai de encontro a uma pedagogia de ensino de língua cujo prazo de validade venceu há bastante tempo. “Vamos apresentar a forma linguística elitizada, minoritária, a *todos* os nossos alunos, para que ela não seja usada contra eles no processo perverso de exclusão

social baseado no preconceito linguístico. Em suma, sou a favor do ensino da norma padrão, mas de um ensino crítico da norma padrão, de um ensino que mostre que essa norma padrão não tem, linguisticamente, nada de mais bonito, de mais lógico, de mais coerente que as variantes usadas pelos falantes menos cultos ou analfabetos”. (p 188)